

INFRAESTRUTURA E COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA PARANAENSE

Rogério dos Santos Corrêa*

RESUMO

Apresentaremos de forma geral os principais fatores determinantes para o fortalecimento da competitividade da economia paranaense, sendo eles, a política industrial; fomento e desenvolvimento tecnológico; política pública e a infraestrutura. Todos esses fatores contribuem para o processo de industrialização da economia paranaense levando-a a ser um dos principais centros industriais do país, competindo com regiões como as do eixo Rio-São Paulo. Falaremos brevemente como ocorreu essa transformação. E por fim, finalizaremos com uma breve análise sobre esses fatores que em certa medida, contribuem significativamente para o processo de inserção da economia paranaense no cenário global.

Palavras-chave: Infraestrutura. Competitividade. Economia Paranaense.

1 INTRODUÇÃO

Através desta pesquisa se busca analisar o papel da infraestrutura e a maneira que ela afeta a competitividade da economia paranaense. Partiremos da análise da agenda do ano de 2009 da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), bem como analisaremos de que maneira alguns autores abordam os principais fatores que contribuem para o aumento da competitividade da economia paranaense.

Os estados da Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo eram os estados com maior atratividade para a

* Acadêmico de Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Bolsista de extensão do Projeto de Reestruturação do website da Revista Orbis Latina. E-mail: rogerio.correa@aluno.unila.edu.br

instalação de empresas que estavam vindo para o Brasil, e até hoje continuam sendo, embora a abertura da economia brasileira tivesse favorecido a competitividade entre os estados, o desejo de atrair essas empresas para se instalarem em suas regiões ficou mais acirrada, pois todos queriam atrair investimentos para poder gerar mais renda e emprego. O Estado do Paraná, nesse período, além dos outros estados, investiu no seu crescimento e desenvolvimento estrutural e industrial pois competia fortemente com as regiões mencionadas acima. Essa “disputa” ficou conhecida como “guerra fiscal” onde as empresas que desencadearam esse fenômeno foram as empresas automobilísticas que buscavam regiões com maiores incentivos fiscais e uma infraestrutura necessária para sua instalação e funcionamento.

2 INFRAESTRUTURA COMO SUPORTE PARA O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E AUMENTO DA COMPETITIVIDADE

Até a década de 1960, a base econômica e industrial do Paraná era praticamente incipiente e muito frágil, pois ela necessitava de um mercado mais dinâmico e de uma infraestrutura básica. O capital privado e sistemas de apoio a financiamentos não estavam acessíveis para a inversão produtiva, e todos esses fatores acumulados geravam os principais entraves para o surgimento do processo de industrialização no Estado.

Essa situação mudou após a década de 1960 quando o Estado interviu na economia paranaense, criando a Companhia de Desenvolvimento do Paraná e disponibilizando os recursos financeiros necessários para a construção da infraestrutura básica. Nesse sentido, com os

incentivos governamentais e fiscais, a indústria paranaense deu um grande salto na década de 1970 logo após o período de modernização do setor agropecuário e devido as transferências de plantas fabris para a região. Em todo caso, apesar dessa significativa modernização da indústria paranaense, houve uma ondulação na economia brasileira, que sofreu flutuações no nível de crescimento devido aos fatores políticos à época. Nesse sentido, após a década de 1990, com o crescimento da economia brasileira e com o fortalecimento da moeda,

[...] a base produtiva paranaense passa por uma reestruturação e modernização, ampliando-se e diversificando-se, evidenciando-se no Estado um movimento tendencioso de mudança de uma base industrial centrada nos setores tradicionais para setores tecnológicos. Também se torna mais evidente, nessa década, a concentração espacial da indústria paranaense (MIGLIORINI, 2006, p.64).

Esse movimento de concentração espacial é uma tendência do processo de industrialização, pois segundo Haddad (1973) citado em BOTEGA *et al* (2006), o principal aspecto a ser analisado na implantação de uma indústria é o menor custo possível que sua atividade econômica obterá se localizada em determinado ponto, ou a interdependência com outras atividades. Nesse sentido, se analisa dois fatores para a implantação dessas plantas fabris em determinada região, fatores gerais e fatores especiais, respectivamente:

Os fatores gerais são aqueles relacionados aos custos que atingem qualquer setor industrial, a exemplo dos custos com transporte, mão de obra, energia elétrica, custo de vida de determinada localidade etc. já os fatores especiais dizem respeito aos custos relacionados diretamente a determinado setor, como a matéria-prima

necessária para a produção, a proximidade com indústrias auxiliares, as condições climáticas que podem afetar o processo produtivo, entre outros (FERREIRA, 1989, p.78-79 *apud* BOTEGA *et al*, 2006).

Esses fatores são determinantes para tornar o mercado paranaense mais competitivo frente às outras economias regionais como as dos eixos Rio-São Paulo, pois demandam uma infraestrutura mais robusta para atender as necessidades dos empresários locais, principalmente na melhoria de rodovias, ferrovias e portos pois viabilizam o escoamento da produção do Estado. Embora necessários, estes fatores não são suficientes para garantir a competitividade da economia paranaense, eles dependem da interação com outros agentes, é preciso ter “parceria” com outras esferas governamentais, pois,

[...] a relação entre as diversas áreas econômicas e a indústria deve se firmar na vinculação com o parlamento para que o fomento e o estabelecimento de políticas públicas favoráveis sejam compromissos permanentes. Destacam-se algumas ações pertinentes na ampliação industrial: implantação de leis de incentivo fiscal, busca pela melhoria da infraestrutura, desburocratização das relações comerciais internacionais, facilitação da abertura de novos mercados, diminuição de barreiras nacionais para a importação e exportação de produtos industrializados, entre outros (AGENDA FIEP, 2009, p. 7).

2.2 Política Industrial

Sem dúvida alguma, uma das medidas necessárias para se lograr êxito na competitividade da economia paranaense, é o planejamento de uma política industrial, pois não há como uma indústria se instalar em determinada região sem ter a plena certeza se naquela região ela obterá os melhores resultados, a comparação entre as

vantagens que cada região oferece é uma das maneiras que deve-se levar em conta no processo de decisão de instalação da indústria.

Para se obter um setor produtivo líder, é necessário organizar todo o espaço físico em que ele estará inserido. E para isso é necessário que, junto com as políticas de industrialização, haja também políticas de urbanização. Conseqüentemente haverá um desenvolvimento paralelo da infraestrutura, dos transportes e de comunicação, garantindo que não ocorra um processo de estrangulamento no abastecimento e no mercado de insumos e produtos. Isso fará que a região passe de uma fase de crescimento regional setorial para uma fase de crescimento global (BOTEGA et al, 2006, p. 83).

Segundo o relatório apresentado na agenda da Federação das Indústrias do Estado do Paraná:

Para garantir o crescimento industrial paranaense, é fundamental estabelecer uma política que garanta o desenvolvimento tecnológico direcionado à industrialização. Uma das atitudes importantes é a fixação de metas voltadas à formação de especialistas para suprir a necessidade de mão de obra nas atividades econômicas do Estado. É preciso também levantar quais são os entraves dos setores industriais e as medidas desejadas em termos de legislação e desregulamentação da atividade empresarial para proporcionar a estruturação de uma política industrial ancorada na atração de investimentos, no acesso ao financiamento e na melhoria da competitividade (AGENDA FIEP, 2009, p.8).

2.3 Fomento e Desenvolvimento Tecnológico

Apresentado pela FIEP em sua agenda no ano de 2009, o fomento à criação de novas tecnologias é uma das políticas

centrais da parceria público-privado, pois o surgimento de novas tecnologias, viabiliza o processo de mecanização da produção, tornando-a mais eficiente, e conseqüentemente, aumentando a competitividade das indústrias paranaense frente as demais regiões do Brasil. Em seu relatório, a FIEP aponta que:

O procedimento de inovação tecnológica, balizado pelo fomento ao processo produtivo e pela introdução de novos produtos, é o principal motor que alavanca a economia e a indústria. Para que o Paraná apresente crescimento sustentável, faz-se necessário estimular o progresso tecnológico e, acima de tudo, promover o investimento por meio da abertura de crédito a longo prazo. Por intermédio do incentivo às pesquisas e da abertura de financiamentos, o incremento tecnológico viabilizará a criação e o uso de novas ideias, garantindo a competitividade entre as indústrias (AGENDA FIEP, 2009, p. 12).

2.4 Política Pública

É muito comum ouvirmos falar que os setores da saúde, educação e segurança privados são mais eficientes e eficazes que o setor público, no entanto, embora isso seja colocado desde o Consenso de Washington como a não competência do Estado de gerir setores estratégicos e de atendimento básico à população, cabe ao Estado brasileiro criar políticas públicas para atender as demandas da população, hoje essas políticas já são criadas, raras vezes, com participação da população local, que levantam as demandas até o Estado através de plenárias municipais e estaduais. Este fator também é considerado estratégico para assegurar a competitividade das indústrias, pois reflete diretamente no bem-estar da população na qual está instalada sua planta fabril, afetando conseqüentemente o desempenho do

trabalhador dentro da indústria, segundo a FIEP,

[...] a realização do conjunto de ações vinculadas à política pública depende do Estado, cujo objetivo incide no atendimento das necessidades e demandas da população. Nesses termos, em âmbito municipal e estadual, as políticas públicas se fundamentam em investimentos nos setores da saúde, educação e segurança, no desenvolvimento rural e urbano, na cultura e lazer, entre outros. Assim, a prestação dos serviços essenciais à sociedade deve ser garantida pelo governo através de regulamentações eficientes e medidas estáveis, cabendo à iniciativa privada a responsabilidade pelos serviços não essenciais (AGENDA FIEP, 2009, p.18).

Outro fator que devemos levar em consideração também é que, o Estado deve intervir com políticas intervencionistas no mercado para garantir o desenvolvimento de várias regiões e não apenas de uma única região, pois como citamos anteriormente, há uma tendência muito grande das indústrias se instalarem em uma única região, e por natureza, as regiões são heterogêneas e a decisão de instalar ou não uma indústria depende de vários fatores como, a localização, a distância da matéria-prima e do mercado consumidor, incentivos fiscais, dentre outros.

Myrdal (1972) considera importante o Estado atuar com políticas intervencionistas no mercado, pois se as forças de mercado não forem controladas pelo Estado, ficando livres para decidir que rumo tomar, as atividades empresariais se concentrarão em regiões ou localidades específicas, fazendo com que o restante da região fique paralisado economicamente. Essas regiões e localidades específicas já apresentam naturalmente vantagens competitivas, pois, geograficamente falando, ficam próximas de pontos estratégicos (BOTEGA et al, 2006, p. 81).

2.5 Infraestrutura

O investimento em infraestrutura é o carro-chefe da ampliação da indústria no Estado, a aplicação dos recursos através do financiamento das construções de rodovias, ferrovias, portos e etc. pode aumentar consideravelmente o nível de competitividade das empresas do Estado, pois,

[...] a infraestrutura é essencial para o desenvolvimento econômico, para o bem estar social e para o maior dinamismo nas exportações. A atração de investimentos e a competitividade entre as indústrias paranaenses são afetadas diretamente pela disponibilidade e qualidade viárias. Nesse sentido, todo e qualquer impacto da falta de ampliação, manutenção e modernização de serviços como transporte, distribuição de gás, energia e saneamento, representam desvantagens competitivas das empresas do Estado em relação aos seus concorrentes. A retomada da aplicação de recursos para a expansão destes serviços constitui, portanto, um importante desafio a ser enfrentado pelo Governo Estadual e pelo Setor Privado. Faz-se necessário o aperfeiçoamento de marcos regulatórios e as estruturas de administração e de planejamento setorial, a fim de que haja maior participação da iniciativa privada nos investimentos em infraestrutura (AGENDA FIEP, 2009, p.21).

A ausência de estruturas de administração e de planejamento acaba desencadeando a concentração geográfica do aparelho produtivo e a concentração populacional, pois, para que se viabilize o processo de produção, os investimentos deveriam ser direcionados à indústria, mas não, os investimentos são direcionados para setores que não estão ligados diretamente à produção, esses recursos são para obras de infraestrutura como criação e/ou pavimentação das vias e melhoria e criação

de transportes coletivos para a população. Assim,

[...] não há dúvidas de que esses investimentos em infraestrutura são necessários. No entanto, se fossem direcionados para atividades diretamente produtivas, obter-se-ia um resultado muito mais satisfatório para toda região, que se refletiria na criação de empregos e no aumento do nível de renda e estabilidade social (BOTEGA *et al.*, 2006, p. 82).

Na verdade quando BOTEGA *et al.* (2006) afirma que teríamos um resultado mais satisfatório direcionando os investimentos diretamente para a produção, o autor se esquece de analisar o fator “desenvolvimento econômico-social”. Pois certamente a região atingiria um nível de crescimento econômico um pouco melhor, mas, no entanto, teríamos que levar em conta todo o processo derivado da atividade industrial na região como a migração da população local para outras regiões.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Oliveira (2002) *apud* Botega *et al.* (2006), a industrialização não se dá necessariamente de forma espontânea, pois pode ser deflagrada por medidas e ações dos governos, que veem na indústria o caminho para alcançar o desenvolvimento. Na verdade, o que se percebe a partir da análise bibliográfica é que, o setor público e o setor privado são interdependentes, ou seja, desde o processo de amadurecimento da indústria paranaense o Estado vem intervindo na economia, seja através de investimentos, seja através de incentivos fiscais, enquanto, por outro lado, o setor industrial vê como o principal responsável pelo aumento da competitividade o próprio Estado, no qual, através da expansão da infraestrutura, viabiliza o aumento da competitividade da economia paranaense.

No entanto, para o setor privado, é muito conveniente que o Estado se responsabilize pelo planejamento do crescimento das regiões em que as indústrias pretendem se instalar, garantido à população, o acesso as necessidades básicas, cabendo ao setor industrial, apenas a melhoria na renda e a geração de novos empregos para a região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTEGA, E. K; et al. (2006). **Industrialização e desenvolvimento regional: notas para reflexão**. Rev. FAE, Curitiba, v.9, n.2, p. 79-86, jul./dez. 2006.

BRAGUETO, C.R. **A Desconcentração Industrial no Brasil e as Transformações Industriais no Estado do Paraná**. Texto didático elaborado a partir de tese de doutorado: O Aglomerado urbano-industrial de Londrina: sua constituição e dinâmica industrial. 2007.

MIGLIORINI, Sonia Mar dos Santos. **Indústria Paranaense: formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da indústria no início do século XXI**. Revista Eletrônica Geografar, Curitiba, v.1, n.1, p.62-80, jul./dez. 2006.

NOJIMA, Daniel. **Crescimento e Reestruturação Industrial no Paraná-1985/2000**. R. Paran. Desenv., Curitiba, n. 103, p. 23-43, jul./dez. 2002.

SEBASTIANI, Luiz Eduardo da Veiga. **Resenha do livro “A Economia Paranaense nos Anos 90: modelo de interpretação”**. Revista FAE Business, n.3, set. 2002.

Sites:

Rotas estratégicas para o futuro da indústria paranaense. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/observatorios/rotas-estrategicas-para-o-futuro-da-industria-paranaense-1-19295-155916.shtml>. Acesso em 25, 26 e 27 de novembro de 2014.

*Recebido em 10/05/2015
Aprovado em 01/07/2015*